

UM OLHAR DECOLONIAL: A IMPORTÂNCIA DO ENSINO E ESTUDO DAS CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS NO BRASIL¹

Lárisa da Fontoura Teixeira

Graduando do Curso de História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, Bolsista Projeto Residência Pedagógica- CAPES. ra115751@uem.br;

Marcia Elisa Teté Ramos

Professora Orientadora: Docente curso de História UEM. Coordenadora e docente do PROFHISTÓRIA-UEM, metramos@uem.br.

RESUMO

O presente estudo visa debater a importância de estudos e diálogos referentes a Histórias e Culturas Afro-brasileiras em sala de aula, priorizando uma perspectiva decolonial do mesmo. Tal tema se faz relevante levando em consideração a necessidade de criar nos alunos um respeito e compreensão em relação às diversidades sociais, étnicas e culturais entre os diferentes grupos existentes, em vigor no Brasil, visando agregar aos demais escritos publicados em torno da temática. Serão utilizados autores estudados durante as reuniões de Residência Pedagógica da UEM, no período de agosto a outubro do presente ano (2021), como Francy Silva (2021) e Roseane Amorim (2007), além de outros entendidos como indispensáveis para pensar a carência de uma estudo e pensamento decolonial das escolas de ensino fundamental e médio de escolas privadas e públicas, sendo essa a principal metodologia utilizada, qual seja, colocar autores da área em debate e elencando os pontos fundamentais, criando assim, uma linha de raciocínio que comprove a mencionada importância dos estudos contra coloniais. Mesmo com certos avanços acerca da temática, como a implementação da Lei N°10.639 de 2003, permanece a demanda de novos modelos, conteúdos e metodologia para que se possa romper com a insistente educação tradicional. Por fim, é necessário que cada vez mais pessoas se debrucem sobre a causa, buscando construir um conhecimento histórico mais afeito à uma sociedade democrática.

Palavras-chave: Educação, Decolonial, História, Pluralidade, Diferenças.

¹ Estudo realizado no Projeto de Residência Pedagógica, Bolsa CAPES;

INTRODUÇÃO

O presente estudo visa debater e analisar a relevância de estudos e diálogos referentes a Histórias e Culturas Afro-brasileiras em sala de aula, destacando-se a necessidade de uma perspectiva decolonial das abordagens utilizadas sobre a temática. De forma explícita, tal tema se faz relevante levando em consideração a necessidade existente de criar nos alunos, sejam eles do ensino fundamental ou médio, um respeito e compreensão em relação às diversidades sociais, étnicas e culturais entres os diferentes grupos existentes no território nacional, além de estimular a consolidação de uma positivação da identidade do povo negro.

Tendo em vista essa descrita necessidade, com as informações que neste artigo serão apontadas, objetiva-se uma conscientização referente a importância da adoção de novos pressupostos para a explicação de diversas temáticas em sala, algo já muito feito pelas escolas que adotam a concepção do multiculturalismo ou interculturalidade crítica de ensino. Em paralelo, almeja-se também agregar aos demais escritos publicados entorno da temática, garantindo assim, subsídios necessários e “mais que suficientes” para a compreensão de um “porque adotar vertentes decoloniais para o ensino de história”, de uma forma que seja inteligível para pessoas de dentro e de fora dos setores pedagógicos e acadêmicos da sociedade.

A fim de alcançar os objetivos acima descritos, metodologicamente falando, serão utilizados discussões e autores estudados e debatidos durante as reuniões do Programa de Residência Pedagógica da UEM, no período de agosto a outubro do presente ano (2021), além de outros autores, vistos como indispensáveis para pensar e questionar a carência de um estudo que adote uma perspectiva decolonial no ensino fundamental e médio, de escolas de caráter privado e público. Ou seja, tais intelectuais serão colocados em diálogo, possibilitando assim a criação de uma linha de raciocínio que justifique a necessidade aqui posto em pauta.

Por conta da grande relevância das temáticas raciais, sociais e culturais em uma sociedade ainda preconceituosa, debates a respeito da mesma vem ganhando cada vez mais espaço na sociedade, e como resultado, diferentes autores se debruçam sobre o assunto.

De forma resumida, entende-se que durante os anos iniciais da vida do indivíduo, constrói-se seus gostos, valores, identidade, entre outros parâmetros de vida. Como mostra a obra de Roseane Maria de Amorim (2007), justamente nesse período de desenvolvimento humano que ocorrerão as

reflexões sobre si e sobre o mundo. Tendo esse fato em vista, vale ressaltar que, o quanto antes forem adotadas práticas e conteúdos que apresentem as diversidades culturais, de gostos, étnicas etc., mais facilmente elas serão internalizadas, possibilitando assim, que os alunos convivam com as diferenças, não as entendendo de forma negativa.

Nota-se ainda que, apesar da implementação da Lei N°10.639 de 2003, que torna obrigatório o ensino e estudo da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira em escolas de ensino fundamental e médio de caráter privado e público os conteúdos, são destacados, muitas vezes, apenas na semana de consciência negra, fazendo com que a temática não seja de fato explorada na sua real importância.

Além disso, neste presente trabalho, aponta-se que, novas metodologias e técnicas de ensino devem ser adotadas, para que haja uma mudança no atual cenário de preconceito e discriminação, visto que, em muitos momentos, os conteúdos são transmitidos apenas para cumprimento efetivo da lei em vigor.

Por fim, conclui-se que, há tentativas de implementar um olhar decolonial sobre o ensino da História e cultura Afro-brasileira, todavia, há empecilhos para tal processo, como o silenciamento e a folclorização destas temáticas em sala de aula. Essa mencionada realidade só será mudada quando se adotarem novas abordagens que levem em consideração as distintas realidades e vivências dos alunos, e que evidenciem o papel significativo do negro na construção da identidade nacional.

METODOLOGIA

A fim de considerar os objetivos propostos, este presente trabalho utiliza-se, metodologicamente, de discussões e autores estudados e debatidos durante as reuniões do Programa de Residência Pedagógica da UEM, no decorrer de agosto a outubro de 2021. Para além, autores entendidos como essenciais para refletir sobre a necessidade de um estudo que privilegie uma perspectiva decolonial nas aulas de história do ensino fundamental e médio, em escolas do setor público e privado. Portanto, os intelectuais elencados serão aproximados e dialogam entre si, possibilitando, dessa forma, a construção de uma justificativa para firmar a necessidade aqui posto em pauta.

Em paralelo, algumas ideias serão acolhidas, para melhor credibilidade deste escrito, como a defesa feita por Amorim (2007) de que é já nos

anos iniciais que as diferenças melhor serão abstraídas pelos indivíduos, facilitando assim a inserção do conteúdo em questão.

Primeiramente, se justificará a necessidade de instalar nos programas curriculares, o quanto antes, temáticas que incentivem e mostrem as diferenças étnicas, culturais e históricas presentes no território nacional, segundo o proposto por Amorim (2007). Para Isabel Barca (2004) é necessário planejar o tema para a sala de aula, considerando estratégias prévias de levantamento do que os alunos pensam sobre determinado conteúdo histórico. Posteriormente, utilizando-se de Chimamanda Ngozi Adichie e sua obra “O perigo de uma história única” (2019), será possível estabelecer algumas críticas em relação ao procedimento de empregar apenas uma vertente historiográfica.

Complementando Adichie, Francy Leila Salazar da Silva, na sua obra “O ensino de história e as relações étnico-raciais na sala de aula” (2021), se faz necessária para pensar outros pontos negativos, dessa vez, levando em consideração o olhar colonial sobre as temáticas ensinadas.

Por último, partindo dos escritos de Silva (2021) e Amorim (2007), reforçará o pensamento de que, as práticas e ensinados levados para as salas de aula não são o suficiente para que haja uma transformação no cenário atual, e que para de fato ocorrer mudanças, novas formas e métodos deverão ser aplicados, para que assim, o ensino da História e Cultura Afro-brasileira ganham um verdadeiro significado e cumpram com sua real importância.

No caso do ensino de história, tanto o livro de Chimamanda como o seu vídeo estão disponíveis em <https://www.youtube.com/watch?v=E-C-bh1YARsc> servem ao propósito de reflexão tanto do professor como do aluno. Usar a obra ou o vídeo em sala de aula compõe o que já há muito se preconiza e que aqui retomamos segundo a síntese de Isabel Barca (2004). Para a autora, superar a aula tradicional, baseada apenas na exposição de conteúdos históricos, requer o uso escolar dos documentos (ou fontes) históricas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Pensar educação atualmente é pensar em resistência. É resistir contra exclusões, generalizações e silenciamentos existentes na sociedade. Nesse cenário, muitos teóricos se debruçam almejando alcançar a forma mais abrangente e didática para o ensino.

A sociedade está em plena mudança. E por conta disso, as áreas pedagógica e didática, voltadas para o ensino, devem estar em plena mudança, acompanhando e se coadunando às mudanças sociais.

Os pensadores relacionados ao multiculturalismo crítico ou em outros termos, à perspectiva decolonial, como mostra João Luiz Gasparin (2005), entendem que, as conquistas nesse âmbito resultam de um embate entre os grupos dominantes e os grupos minoritários, e estes por sua vez, vão discutindo e reivindicando por meio de coletivos, produzindo uma conscientização sobre o tema (2005; p.113).

Em linhas gerais, nota-se uma necessidade gritante de inclusão de novos olhares para os conteúdos e metodologias levadas em sala de aula. Apesar dessa carência ser voltada para as diversas culturas e práticas existentes em territórios nacionais, existe uma em específico que está em pauta a muito tempo, obteve certas conquistas, mas ainda clama atenção, que seria ensino e estudo da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. E em complemento, Francy Leila Salazar da Silva (2021) com a seguinte afirmação possibilita pensar a importância de alternâncias em salas de aulas, visto que, muitos problemas relacionados às temáticas estão enraizadas nas estruturas da sociedade: “A discussão racial torna-se cada vez mais pertinente em decorrência da permanência do racismo nas estruturas que sustentam a sociedade, bem como sua prática cotidiana, por meio de ofensas que destituem a pessoa do negro de sua humanidade, um quadro preconceituoso que prejudica nossa formação como cidadãos” (SILVA, 2021, p.122).

Muito se sabe que as histórias e culturas dos povos africanos fizeram e fazem parte diretamente da construção da história e cultura nacional. Apesar disso, nota-se a persistência de preconceitos e discriminações na sociedade, além da permanência de currículos carregados de visões eurocêntricas e de generalizações equivocadas.

Partindo desse ponto, Amorim (2007) apresenta que, tendo como ponto inicial a necessidade da construção de uma sociedade mais justa e oportuna para todos, elabora-se em 2003 a Lei 10.639 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Ou seja, nesse sentido, a escola ganha um papel fundamental e até mesmo desafiador, o de incluir diferentes pessoas em distintas cenas, como resultado, ocorre o auxílio de formação de seres humanos mais solidários e respeitadores de diferenças.

Baseando-se nessa dita responsabilidade atribuída à escola, Amorim elenca que todas as etapas do desenvolvimento humano (do infantil ao

adulto) necessitam de discussões voltadas à temática, visto que, para romper com um modelo de ensino considerando por ano/série, o processo deve ser constante. Contudo, se localiza nos anos iniciais de vida a raiz da mudança, pois é exatamente nesse momento que o indivíduo passará a refletir sobre si e sobre o mundo e através de métodos apropriados para a idade e a realidade do aluno, problematizando assim as diferenças, buscando uma explicação histórica para elas e assim, fornecendo condições para que sejam compreendidas e respeitadas. Um conceito que pode ser usado neste empreendimento, é o de empatia histórica, que parece um termo pinçado da psicologia, mas no ensino de história refere-se à capacidade de compreender os sentimentos, perspectivas, noções, ideias de outra pessoa, do passado ou do presente. Peter Lee diz que poderíamos substituir a palavra “empatia” por “compreensão”. Mais precisamente: “compreensão histórica”, que não é um sentimento, “Embora envolva o reconhecimento de que as pessoas possuem sentimentos” (LEE, 2003, p. 20). A construção de identidade implica na construção da alteridade, e mais do que isto, uma forma de “se colocar no lugar do Outro” (empatia) para entender e respeitar o que este Outro pensa, objetiva, necessita, vivencia, rejeita, admira, questiona, etc. Porém, mais do que se colocar no lugar do Outro, com a empatia “a nossa compreensão histórica vem da forma como sabemos como é que as pessoas viram as coisas, sabendo o que tentaram fazer, sabendo que sentiram os sentimentos apropriados aquela situação, sem nós próprios as sentirmos (LEE, 2003).

Levar em consideração as diversidades existentes no território nacional e levar tais debates e discussões para as salas de aula, principalmente nos anos iniciais, é a forma mais satisfatória de promover o respeito ao próximo. Todavia, quando isso não é feito, alguns “efeitos colaterais” são notados.

Tratando-se desses ditos “efeitos colaterais”, Chimamanda Ngozi Adichie em sua obra “O perigo de uma História única” (2019), possibilita pensar algumas consequências resultantes da adoção de apenas uma vertente histórica.

Adichie expõe que, quando se tem contato apenas com um ponto de vista, ele acaba, por fim, tornando-se a única verdade existente, e esse cenário acaba sendo ainda mais problemático na infância, segundo as palavras da própria autora “quão impressionáveis e vulneráveis somos diante de uma história, particularmente durante a infância” (2019, sem paginação). Ou seja, se nos anos iniciais, o eurocentrismo for implementado, como vem acontecendo por muitos anos, ele será puramente aceito, repassado e mantido.

Para além, ao incorporar tais problemas da história única, se prejudica até mesmo a capacidade de autoidentificação, negligenciando assim, a pluralidade de culturas e formas de vidas existentes. Quanto apenas uma pertente é ensinada em salas de aula, ela acaba por ser tornar verdade, passando a ser exclusiva e excludente, tornando o outro silenciado e “exótico”, abrindo brechas para o preconceito e discriminação.

Ademais, através da leitura da obra em questão, é possível afirmar que, as singularidades presentes em muitos currículos educacionais possibilitam a formação de diversos estereótipos, como consequência, distancia as pessoas, ao dar ênfase nas diferenças existentes, como muito bem-apresentado na seguinte passagem: “A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos.” (Adichie, 2019, sem paginação).

Continuando a reflexão sobre como é prejudicada a educação quando se adota uma única vertente, encontra-se a falta de debates de muitos temas necessários, como mostra Silva em relação ao racismo. Segundo a autora, quando tais temáticas são negligenciadas e não passam por reflexões, por se tratarem de supostos “fenômenos periféricos”, há uma sombra no ambiente escolar, na qual os conhecimentos produzidos e reproduzidos em sala e as relações nela existente são diretamente afetadas, pois como consequência, são mantidas em lógicas racistas, mesmo que não seja a real intenção.

Por conta de seu poder, o ver colonial, segundo Silva, passou a definir as pessoas, em especial o corpo negro, ou seja, as histórias, culturas, valores, etnias e outros do ser negro foram estabelecidas através de lentes ocidentais, europeias, brancos e homogênicas e foram aderidas como universais, lógicas e científicas. Tal fato apenas reforça a ideia já apresentada de que as diversas formas de viver e ser foram deixadas de lado, e passaram apenas por um processo de classificação. E em salas de aula, a educação tradicional tende a adotar esta perspectiva, pois provavelmente pode chegar a uma desaprovação moral em relação ao racismo, enquanto que uma educação mais renovada, como propõe Isabel Barca (2004), em que se emprega fontes históricas em sala de aula, se mobiliza conceitos históricos para interpretá-los, se procura a contextualização histórica, bem como a noção do que muda e do que permanece na relação entre presente e passado.

Baseando-se do conhecimento já exposto, compreende-se que, tanto Silva quanto Adichie percebem que ao aderir uma “história única”, no

caso, a colonial, hegemônica, branca, europeia, ao mesmo tempo se ameaça e inferioriza a identidade de um grupo étnico-racial lhe entregando uma identidade definida por outrem.

Sabendo das problemáticas já citadas, promovidas por uma educação tradicional, com tendências baseadas na égide da colonialidade, torna-se de fácil compreensão a necessidade de buscar uma perspectiva histórica que vise o decolonial.

Nas palavras de Francy Silva (SILVA, 2021, p.126):

[...] no processo de construção da identidade coletiva negra é preciso resgatar sua história e autenticidade de forma positiva. Daí a necessidade e importância de se ensinar as histórias da África e do Negro no Brasil, a partir de novas abordagens e posturas epistemológicas, que visem romper com depreciação à pessoa do negro, a fim de que se ofereça subsídios para a construção de uma identidade negra positiva, na qual o negro seja visto não apenas como objeto de história, mas sim como sujeito participativo de todo o processo de construção da cultura e do povo brasileiro.

Ou seja, os estudos decoloniais têm uma importância social inegável, sendo um dos caminhos para reconhecer, compreender e valorizar a identidade de pessoas que, por muitos anos, tiveram ela negada, depreciada e silenciada. Em linhas gerais, é possível afirmar que, ao pensar a construção identitária de qualquer grupo étnico-racial, é perceber os racismos, preconceitos, estereótipos e outros muitos fatores negativos, sendo assim necessário, como já dito, assumir abordagens e métodos nas escolas que rompam com essa longa tradição da educação tradicionalista, sendo assim somente, o caminho para restituir a “humanidade que lhe negou o colonialismo” (SILVA, 2021, p.126), pois somente com a conscientização que se torna possível a mudança da realidade.

O fato é explicado pois, segundo Silva, é insistente o silenciamento e a folclorização da negritude nos currículos escolares existentes, e como consequência, dá-se a manutenção da reprodução de estereótipos negativos, mantendo em vigência a epistemologia eurocêntrica, branca e racista.

Para além desse mencionado problema, Gasparin (2005) defende que, em muitos casos, os docentes não possuem uma formação necessária para enfrentar as realidades tão diferentes presentes em salas de aula, algo que Amorim concorda no momento em que afirma que esses profissionais de história provavelmente não têm bases suficientes devido à sua formação inicial e continuada para sustentar a temática.

Caminhos sugeridos por Amorim (2007) e Silva (2021) apontam a necessidade de socializar e visibilizar a cultura negra-africana e seus impactos na construção da história e identidade nacional, fazendo com que seja valorizada. Ademais, nesse momento a construção de novos materiais didáticos, que rompam com a ideia tradicional colonial é imprescindível, algo que deve andar em conjunto com reflexões acerca de preconceitos existentes no cotidiano (e por isso a proposta de se ver antes o que os alunos pensam sobre o tema), facilitando o seu combate (por meio da própria metodologia da história ao usar fontes históricas em sala de aula).

Nesse momento, abordagens que levem em conta a realidade do aluno para adentrar em temas tidos como “delicados” pode ser uma estratégia pedagógica, como mostra Amorim (2007), algo que facilitaria o mostrado por Silva (2021), ao alegar que os conteúdos apresentados em sala devem ser aprofundados, e como consequência, geradores de críticas da atualidade vivida.

Por fim, não existe uma “receita” definitiva dos métodos e currículos que devem ser trabalhados em salas de aulas. Ainda existem muitos entraves para uma satisfatória alteração no cenário vivido, contudo, é inegável a urgência de se abraçar “lentes” decoloniais na educação brasileira, pois, como já exposto, somente ela ajudará promover um incentivo ao respeito baseado na compreensão histórica, desconstruindo o racismo e rompendo vínculos com pensamentos depreciativos sobre diferentes grupos étnico-raciais, e por fim, reconhecendo sua voz, sua dignidade, suas vivências, suas identidades que por muito tempo foi lhes foram negadas pelo ensino tradicional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo dos autores utilizados para a elaboração deste presente trabalho, nota-se que as bases curriculares ainda muito evidentes em escolas públicas e privadas, nos níveis fundamentais e médios apresentam um olhar colonialista sobre os conteúdos passados nas aulas de história. Dizemos isso, apesar de não termos aqui tratado especificamente do currículo vigente, ou seja, a Base Nacional Comum Curricular, implementada em 2017. Neste documento curricular, até mesmo a organização dos chamados conteúdos corresponde a uma visão eurocêntrica, pois exige do aluno de sexto ano do Ensino Fundamental que estude a História Antiga. Este período informa acontecimentos apenas europeus, assim como quando se estuda a Idade Média. Em outras palavras, a organização curricular

privilegia uma história da Europa, linear e cronológica. Ter conhecimentos decoloniais ajudaria o professor em sala de aula pensar junto com os alunos, mediante a metodologia da história (uso escolar das fontes históricas), como outros lugares eram na mesma época. O que acontecia no Brasil na mesma época da Antiguidade? Ou ainda, por exemplo, quais os pressupostos da democracia grega e quais seriam os nossos, assim fazendo uma relação entre passado e presente.

Mesmo que a implementação da Lei N° 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino e estudo da História e Cultura Africana e Afro-brasileira em sala de aula auxilie cada vez mais nas incorporações de experiências negras na composição do conhecimento acadêmico, há uma necessidade de fazer com que os discentes construam conceitos decoloniais rompendo com visões depreciativas em relação a grupos étnico-raciais diferenciados do que é considerado a identidade mestra (branca, masculina, hétero, cristã) visando restituir a integridade que foi negada pelo colonialismo e difundida pela educação tradicional.

Visto que, a promulgação da Lei não foi totalmente eficaz para o feito, compreende-se que o objetivo só será alcançado quando novas abordagens foram efetivadas em paralelo com novas metodologias de ensino, que levem em consideração as realidades divergentes dos alunos, as quais possibilitem evidenciar o negro como um ser participativo e indispensável na construção da história e cultura brasileira, indo contra o silenciamento e folclorização da negritude, o que parece ainda existente no ambiente escolar. Modelo este fortalecido com a epistemologia eurocêntrica, branca e racista.

Concluiu-se que, por mais que existam dificuldades para mudar os moldes escolares, tal fator é irrecusável para que aja uma efetiva luta contra o silenciamento, preconceito, racismo entre outros pontos negativos fixados no território nacional, ainda muito transmitido em salas de aula nos dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual cenário brasileiro implora por mudanças em âmbitos estudantis. As demandas sociais estão em constante mudança, fazendo com que a educação mude também, se atualizando de acordo com as necessidades.

Foi visto e comprovado através de discussões bibliográficas que, os parâmetros racistas, coloniais e eurocêntricos não adquirem mais espaços nas salas de aulas, existem diversas lutas sociais contra esse modelo fixado.

Mudar os conteúdos e metodologias que são levadas para as salas tornou-se exigência e mesmo que se perceba alguns pequenos, mas significativos avanços, não são o bastante para transformar a realidade vivida.

Tendo isso em vista, é necessário que cada vez mais pesquisadores, pedagogos, professores, as comunidades acadêmicas em geral se debruçam sobre a causa, para que haja a elaboração de abordagens e estratégias satisfatórias perante a temática.

Mesmo que isso ocorra, tais discussões nunca serão dadas por acabadas, entendendo-se que a sociedade está em constante movimentação e cabe aos sujeitos, inclusive ao estudante, acompanhá-la e melhorá-la.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Ngozi Chimamanda. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, São Paulo, 2019.

AMORIM, Roseane Maria de. O ensino para educação das relações étnico-raciais: um olhar para o cotidiano escolar. In: **Revista História e Ensino vol. 13**. Londrina: Ed. UEL. 2007.

GASPARIN, João Luiz et al. **Processo multicultural**. Maringá, Eduem, 2005.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. BARCA, Isabel (Org.). In: **Para uma educação de qualidade**: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004.

LEE, Peter. “Nós fabricamos carros e eles tinham que andar a pé”: compreensão das pessoas do passado. In: BARCA, I. (Org.). **Educação histórica e museus**. Braga: Centro de Investigação em Educação; Instituto de Educação e Psicologia; Universidade do Minho Actas das Segundas Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga - Portugal: Centro de Investigação em Educação/ Instituto de Educação e Psicologia/Universidade do Minho. 2003.

SILVA, Franci Leila S. O ensino de história e as relações étnico-raciais na sala de aula. MANIERI, Dagmar; VIEIRA, Martha Victor; CESAR, Thiago Groh de Mello (Orgs). **Narrativas históricas, ensino e práticas docentes** [recurso eletrônico] Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. p. 119-134.